



FORMAÇÃO CIDADÃ E EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ESTÁGIO MEDIADAS PELA GENTILEZA

Emanuel Eliabe Alves¹
Julieta Saldanha de Oliveira²
Carine Ferreira Machado Virago³
Guilherme Carlos Correa⁴

RESUMO

Este relato abrange a experiência de Estágio Supervisionado em Ciências, desenvolvido no curso de Licenciatura em Química da Universidade Federal de Santa Maria, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Bernardino Fernandes, situada no distrito de Pains, em Santa Maria (RS), onde pude experimentar da Educação do Campo, em uma turma do 6º ano, como instrumento de valorização cultural e fortalecimento da cidadania, demonstrando que a escola do campo é um espaço catalisador para experiências educativas que integram conhecimentos científicos às vivências cotidianas dos estudantes, respeitando suas especificidades socioculturais. Durante o estágio, os conteúdos abordados, como solos e corpo humano, foram trabalhados em articulação com a realidade dos alunos, filhos de agricultores e moradores de comunidades rurais. Essa aproximação favoreceu a compreensão significativa dos conceitos e estimulou o protagonismo discente, ampliando a percepção de pertencimento ao território e de valorização do conhecimento local em diálogo com o saber científico. Um aspecto central da experiência foi a inserção da gentileza como categoria avaliativa qualitativa, substituindo a noção tradicional de “comportamento”. Essa escolha promoveu reflexões sobre atitudes de empatia e apoio mútuo, estimulando a formação integral dos educandos. O processo envolveu autoavaliações, discussões coletivas e atividades práticas, como a construção do “mural da Gentileza” que buscou integrar valores sociais e culturais ao ambiente escolar. Ao adotar a gentileza como prática pedagógica, foi possível fomentar relações interpessoais mais construtivas, favorecer a resolução pacífica de conflitos e reforçar a coesão social dentro da escola. Desta forma, o estágio evidenciou, portanto, que a formação cidadã na Educação do Campo ultrapassa a transmissão de conteúdos, exigindo também o cultivo de competências socioemocionais essenciais para a convivência em comunidade, e contribuiu para a minha identidade como docente, articulando o conhecimento acadêmico, com a responsabilidade social, reafirmando o papel do professor como mediador na construção de sujeitos críticos.

Palavras-chave: Educação do Campo, Ensino de Ciências, Gentileza

INTRODUÇÃO

¹ Graduando do Curso de Química Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, emanuel.alves@acad.ufsm.br

² Professora do Departamento de Metodologia do Ensino, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM julieta.oliveira@ufsm.br;

³ Professora da rede municipal de Santa Maria -RS, carine.virago@prof.santamaria.rs.gov.br

⁴ Professor do Departamento de Metodologia do Ensino, da Universidade Federal - UFSM, guilherme.correa@ufsm.br





O estágio supervisionado constitui um espaço formativo fundamental para a construção da identidade docente, permitindo ao futuro professor vivenciar a complexidade do ensino e compreender a escola como espaço social, político e humano. Desenvolver essa prática na Educação do Campo representa um desafio e uma oportunidade de dialogar com realidades ricas em saberes, mas muitas vezes invisibilizadas pelo modelo urbano de ensino.

A EMEF Bernardino Fernandes, localizada no distrito de Pains, em Santa Maria (RS), é uma escola do campo que atende aproximadamente 150 alunos. Seu funcionamento ocorre em dias alternados de turno integral, nas segundas, quartas e sextas-feiras para os anos finais, o que exige práticas pedagógicas planejadas para o contexto comunitário e para o ritmo do campo. A turma de estágio foi o 6º ano, na disciplina de Ciências.

Os conteúdos abordados Sistema Solar, Estrutura da Terra, Solos e Corpo Humano foram explorados com metodologias participativas e contextualizadas, partindo das experiências dos estudantes como filhos de agricultores e observadores cotidianos da natureza. Essa aproximação entre conhecimento científico e saber popular dialoga com a pedagogia freireana, na qual “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si, mediatisados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 68).

O trabalho ainda incorporou a gentileza como eixo avaliativo e pedagógico, substituindo a noção tradicional de comportamento por uma prática reflexiva e humanizadora. Essa abordagem, inspirada em autores como Jussara Hoffmann (1998) e Vasconcellos (2006), buscou promover uma avaliação emancipadora, na qual o ato de avaliar se torna um exercício de autoconhecimento e de construção ética da convivência.

Dessa forma, o estágio supervisionado tornou-se não apenas um exercício de docência, mas uma experiência de formação cidadã e de valorização do sujeito do campo como cientista e agente social transformador.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2012) consolidam o ensino nas áreas rurais e constituem referência para a Política de Educação do Campo, estabelecendo princípios e procedimentos que orientam a adequação dos projetos institucionais das escolas do campo à realidade sociocultural de suas comunidades. Complementarmente, a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 estabelece normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à Educação Básica do Campo, assegurando o atendimento às diversas populações rurais — agricultores familiares, extrativistas, pescadores,



ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros. Essas diretrizes reforçam que a formação docente deve pautar-se em propostas pedagógicas que valorizem a convivência solidária, colaborativa e ética, promovendo assim, a inclusão social.

A inclusão social, pode ser entendida como um eixo que perpassa por atitudes promovedoras da convivência em harmonia no meio em que o sujeito está socialmente inserido. Nessa perspectiva, pode-se tomar a gentileza como prática pedagógica, com a compaixão moldando as abordagens para consolidar as relações equitativas e de confiança, a fim de apoiar as “condições sob as quais a aprendizagem pode acontecer” (DENIAL, 2020, p. 213). Desse modo nos momentos, em que a gentileza é praticada em sala de aula, também favorece o desenvolvimento de micro-habilidades comunicativas de cidadania, empatia e compaixão, por meio das quais os estudantes percebem e respondem ao sofrimento ou à desigualdade enfrentada por outros, de forma solidária (GILMOUR, 2021).

Nesse sentido, o presente estudo fundamenta-se em autores que defendem uma educação humanizadora, crítica e dialógica. Paulo Freire (1987; 2002) propõe uma pedagogia centrada na libertação dos sujeitos, na qual o conhecimento nasce do diálogo entre saber científico e experiência de vida. Para o autor, ensinar exige escuta, humildade e compromisso ético, pois “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2002, p. 47). Essa concepção orientou o trabalho desenvolvido na escola do campo, valorizando o saber dos alunos sobre o solo, a agricultura e o corpo humano como ponto de partida para a construção científica.

Na mesma direção, Pedro Demo (2004) entende que aprender implica produzir conhecimento, e não apenas reproduzi-lo. Para o autor, a prática docente deve estimular a autonomia intelectual e a reflexão crítica, elementos centrais na formação de sujeitos capazes de intervir na realidade.

Aprender não é repetir o que foi dito, mas reconstruir o saber, refazendo o caminho da descoberta e assumindo a autoria do conhecimento. A aprendizagem verdadeira exige pesquisa, criatividade e compromisso com a transformação da realidade. (DEMO, 2004, p. 23)

Assim, o ensino de Ciências no campo torna-se um espaço de investigação e descoberta, em que os estudantes são convidados a pesquisar, observar e formular hipóteses a partir de seu próprio território, reconhecendo-se como produtores de saber e agentes de mudança.

Por sua vez, Celso dos Santos Vasconcellos (2006) reforça a importância de uma avaliação emancipatória, entendida como um processo contínuo de reflexão e reconstrução da



prática. Para o autor, avaliar ultrapassa a função classificatória e assume um caráter político e formativo:

Avaliar é um ato político, porque envolve concepções de homem, de mundo e de educação. Avaliar é intervir na realidade para transformá-la; é um processo no qual quem avalia ensina e aprende, e quem é avaliado também ensina e aprende. (VASCONCELLOS, 2006, p. 58)

Essa compreensão dialoga com a proposta da “avaliação da gentileza”, em que o foco se desloca da punição para a autopercepção, o diálogo e o respeito mútuo, reconhecendo o estudante como sujeito ativo de seu processo formativo.

De modo convergente, Jussara Hoffmann (1998) amplia esse olhar ao compreender a avaliação como um ato sensível e ético, que acompanha a trajetória de aprendizagem em sua totalidade, pois de acordo com essa autora “Avaliar é acompanhar o processo de aprendizagem com sensibilidade e compromisso ético, reconhecendo os avanços e as dificuldades do aluno como parte do seu percurso de construção do conhecimento.” (HOFFMANN, 1998, p. 35). Assim, ambas as perspectivas sustentam uma visão dialógica e humanizadora da avaliação, que fundamenta a metodologia da gentileza como prática pedagógica transformadora.

Ana Maria Saul (2015), ao retomar o pensamento freireano, enfatiza que a formação docente deve promover a reflexão crítica e a práxis transformadora, pois “a docência é um ato político que exige compromisso com a emancipação e a dignidade humana”. A autora afirma que o papel do educador é o de sujeito que, ao ensinar, também se forma, comprometendo-se com a construção coletiva do conhecimento e com a transformação social:

A formação docente inspirada em Paulo Freire é um movimento de conscientização permanente, que articula teoria e prática, reflexão e ação, em um compromisso ético com a transformação da realidade e com a emancipação dos sujeitos. (SAUL, 2015, p. 42)

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o ensino de Ciências deve promover o pensamento investigativo, a curiosidade científica e o protagonismo discente, relacionando os conhecimentos às vivências sociais e ambientais dos estudantes. O documento enfatiza:

O ensino de Ciências deve possibilitar aos estudantes compreender a natureza como um conjunto dinâmico, identificar problemas, formular hipóteses e construir explicações com base em evidências, relacionando o conhecimento científico às práticas sociais e à preservação da vida. (BRASIL, 2017, p. 321)

As habilidades previstas para o 6º ano do Ensino Fundamental, conforme a BNCC (BRASIL, 2017), orientam o desenvolvimento da curiosidade, da investigação e da

capacidade de relacionar os saberes científicos com o cotidiano. Entre elas, destacam-se as habilidades (EF06CI02), que propõe identificar e comparar diferentes tipos de solo e suas características, e (EF06CI08), que estimula compreender o funcionamento do corpo humano, reconhecendo a importância dos hábitos de saúde e bem-estar. Além disso, entre as competências gerais, destacam-se as socioemocionais, como autoconhecimento, empatia, cooperação, responsabilidade e diálogo, que se articulam às competências 6 a 10 da BNCC:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocritica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 11-12)

Assim, o referencial teórico sustenta uma proposta de ensino que integra ciência, ética, afeto e reflexão, reafirmando a escola do campo como espaço de emancipação e formação cidadã. Nesse sentido, as ações educativas voltadas às comunidades rurais mostram-se essenciais diante da crescente necessidade de inclusão social e do reconhecimento dos saberes e fazeres do campo como elementos legítimos do processo educativo.

METODOLOGIA

Eixo 1 – O cidadão do campo como cientista

Os conteúdos sobre Sistema Solar, Estrutura da Terra e Solos foram trabalhados com base em uma aprendizagem investigativa, que valorizou a curiosidade e a observação dos estudantes. Na unidade sobre solos, foi proposta a caracterização de amostras coletadas nas residências dos alunos. Essa atividade despertou o olhar científico e permitiu compreender o solo como elemento vivo e fundamental para o trabalho agrícola e para a preservação ambiental.





As análises envolveram a observação da cor, textura, umidade e composição das amostras. A metodologia inspirou-se no projeto “Solos na Escola” (Knopiki e De Lima, 2020), adaptado à realidade local. O diálogo com o cotidiano dos alunos possibilitou que eles se reconhecessem como pesquisadores de seu território, rompendo com a ideia de que o conhecimento científico é distante de suas vivências.

Na sequência, a temática do corpo humano foi abordada com recursos visuais, modelos anatômicos e microscópios, explorando os sistemas digestivo, respiratório e circulatório. A participação ativa da turma e o uso de analogias com situações do cotidiano rural tornaram a aprendizagem significativa.

Eixo 2 – O cidadão do campo como agente social transformador

A segunda parte da metodologia envolveu a implementação da Avaliação Emancipatória como prática avaliativa e formativa. A proposta substituiu o termo “comportamento” por “gentileza”, com o objetivo de promover uma avaliação mais humana, dialógica e reflexiva.

O processo ocorreu em três etapas: a primeira denominada “Eu comigo mesmo” consistiu em um exercício de autoavaliação reflexiva, no qual os estudantes responderam à pergunta “Em que momento eu tive gentileza?”, atribuindo a si mesmo uma mensuração das suas atitudes, a fim de favorecer a prática da autoavaliação e do autoconhecimento.

A segunda etapa envolveu a avaliação docente-discente, denominada “Eu com os outros” realizada a partir da observação cotidiana e do diálogo individualizado, em que os gestos de cuidado e colaboração foram destacados pelo professor como indicadores de aprendizagem socioemocional. Por fim, a terceira etapa, foi denominada “Eu com a Sociedade” e materializou-se em uma atividade artística coletiva para compartilhar a aprendizagem da gentileza com a comunidade escolar, resultando na criação do Mural da Gentileza, elaborado pelos alunos do 6º ano como expressão simbólica da convivência e do respeito à diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências revelaram que o ensino de Ciências no campo, quando vinculado à realidade e às emoções dos estudantes, promove aprendizagens significativas e transformadoras.

Na atividade sobre solos, observou-se entusiasmo e pertencimento: os alunos trouxeram amostras de suas propriedades, compararam texturas e refletiram sobre o manejo agrícola e a

preservação ambiental. Conforme Demo (2004), “a pesquisa é o caminho do aprender”, e esse protagonismo investigativo reforçou a autonomia intelectual dos alunos.

Observou-se que a contextualização de experimentos estimulou a reflexão sobre o manejo do solo e o impacto ambiental das práticas agrícolas familiares, revelando o potencial da Educação do Campo como ferramenta de leitura do mundo, colaborando para a permanência da população rural no meio campesino. Além disso, a realização de práticas simples, utilizando materiais de baixo custo e reaproveitados, demonstrou que a ciência escolar pode ser acessível e significativa, mesmo em contextos rurais com recursos econômicos parcос.

Esse resultado vai ao encontro encontro de um “conhecer com vontade”, conceito estudado por Max Stirner em que educação da escola deve ser uma educação para a liberdade e não para a submissão, onde o estudante é visto como sujeito de si, alguém que constrói sua liberdade e não como mero receptor de saber. Assim, o protagonismo nasce do reconhecimento do estudante como pessoa plena, capaz de pensar e decidir (STIRNER, 2001).

No estudo do corpo humano, o uso de modelos e microscópios favoreceu a compreensão concreta dos conteúdos e despertou a curiosidade científica. O processo de mediação docente foi guiado por uma postura freireana, em que o diálogo e o afeto criam condições para que o conhecimento seja construído coletivamente.

Adentrando ao eixo 2, a prática da gentileza, concebida como método avaliativo e formativo, configurou-se como um dispositivo ético e relacional capaz de transformar as dinâmicas da turma. Ao ser incorporada como prática cotidiana, a gentileza deixou de ser apenas um valor desejável para tornar-se método de mediação das relações de aprendizagem, promovendo escuta, empatia e corresponsabilidade entre os estudantes.

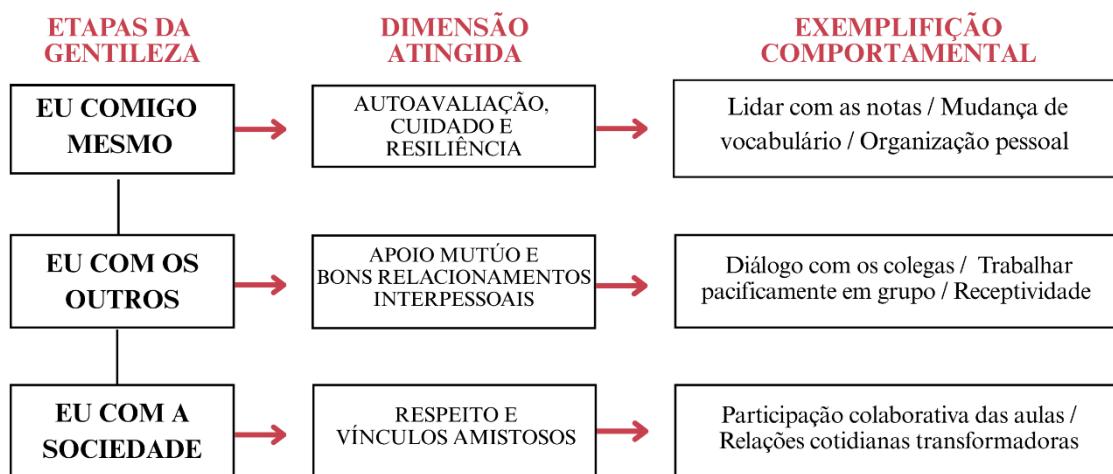
Essa abordagem favoreceu a substituição gradual dos conflitos verbais e das tensões por atitudes de respeito, colaboração e cuidado mútuo. Tal perspectiva dialoga com Hoffmann (1998), ao compreender que “avaliar é cuidar da aprendizagem, e não punir o aprendiz”, e com Freire (2002), quando defende que o ato educativo deve ser permeado por amorosidade e diálogo. Assim, a gentileza, enquanto método, revelou-se uma prática avaliativa emancipadora, capaz de unir cognição e afeto na construção de um ambiente escolar mais humano e cooperativo.

A autoavaliação promoveu autoconhecimento e responsabilidade compartilhada, em consonância com a Competência Geral 8 da BNCC, que orienta o estudante a “reconhecer

suas emoções, limites e potencialidades, com autocritica e capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2017, p. 10).

Assim, o exercício de autoavaliação e as discussões coletivas sobre atitudes gentis proporcionaram aos estudantes um novo olhar sobre a convivência, deslocando o foco da obediência para a responsabilidade compartilhada e apoio mútuo. Observou-se um amadurecimento gradativo na forma como os estudantes se expressavam, se ouviam e resolviam conflitos, indicando que o processo avaliativo se converteu em uma experiência formativa integral. Esses resultados podem ser melhores observados nos esquema abaixo:

Figura 1. Síntese da Metodologia da Gentileza



Fonte: Os Autores

O ponto culminante do processo ocorreu com a construção do Mural da Gentileza, em novembro, inspirada pela descoberta dos estudantes sobre o Dia Mundial da Gentileza, celebrado em 13 de novembro e instituído em 1998 durante a Conferência de Tóquio, com a criação do World Kindness Movement. A iniciativa, articulando ciência, arte e ética, promoveu reflexões sobre o respeito à diversidade e reforçou o sentimento de pertencimento coletivo, especialmente em consonância com as comemorações do Dia da Consciência Negra.

O estágio, assim, reafirmou o papel do professor, mesmo em processo de formação, enquanto estagiário, como um mediador de saberes e afetos, como propõe Vasconcellos (2006), e como sujeito que aprende com seus alunos, na perspectiva freireana da educação como ato de amor e coragem.



A experiência de estágio na EMEF Bernardino Fernandes revelou que o ensino de Ciências no campo pode e deve ultrapassar a simples transmissão de conteúdos. Ao integrar práticas investigativas e afetivas, o trabalho fortaleceu o protagonismo discente, o pensamento crítico e as competências socioemocionais.

A gentileza, como categoria avaliativa, mostrou-se potente na construção de um ambiente escolar solidário, onde o aprender é também um ato ético. Essa prática se alinha à concepção de avaliação emancipatória, defendida por Hoffmann e Vasconcellos, e à pedagogia crítica e amorosa de Freire, que inspira a formação de cidadãos capazes de transformar sua realidade.

Conclui-se que o estágio supervisionado foi um exercício de práxis educativa, no sentido freireano, articulando ação e reflexão, ciência e sensibilidade, conhecimento e humanidade. O campo revelou-se um espaço fértil para o florescimento de uma educação comprometida com a vida, com a dignidade e com a esperança. Espera-se que a semente da gentileza lançada na vida do docente e da comunidade escolar, germe e produza frutos abundantes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a equipe técnica da EMEF Bernardino Fernandes e a professora Neiva Braun pela oportunidade de trabalhar com a turma.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, **RESOLUÇÃO N° 2, DE 28 DE ABRIL DE 2008**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018

BRASIL. Ministério da Educação. SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos**, Brasília: 2012.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. Campinas: **Autores Associados**, 2004.

DENIAL, C. A pedagogy of kindness. In: Stommel, J., Friend, C. and Morris, S.M. (eds.) Critical digital pedagogy: a collection. Washington. D.C.: **Hybrid Pedagogy Inc**, pp. 212-218, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: **Paz e Terra**, 2022.



FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.

GILMOUR, A. Adopting a pedagogy of kindness. **Journal of Learning Development in Higher Education**, n. 22, 14 out. 2021.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. Avaliar para promover: As setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KNOPIKI, Anna Vitória Gurgel; DE LIMA, Marcelo Ricardo. Experimentos na Educação em Solos. Programa de Extensão Universitária Solo na Escola, Universidade Federal do Paraná Campus Curitiba, 2020.

SAUL, Ana Maria. A prática educativa de Paulo Freire: uma pedagogia da esperança. São Paulo: Cortez, 2015.

STIRNER, M.; COÊLHO, P. A. O falso princípio da nossa educação. [s.l.] Editora **Imaginário**, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo: **Libertad**, 2006.